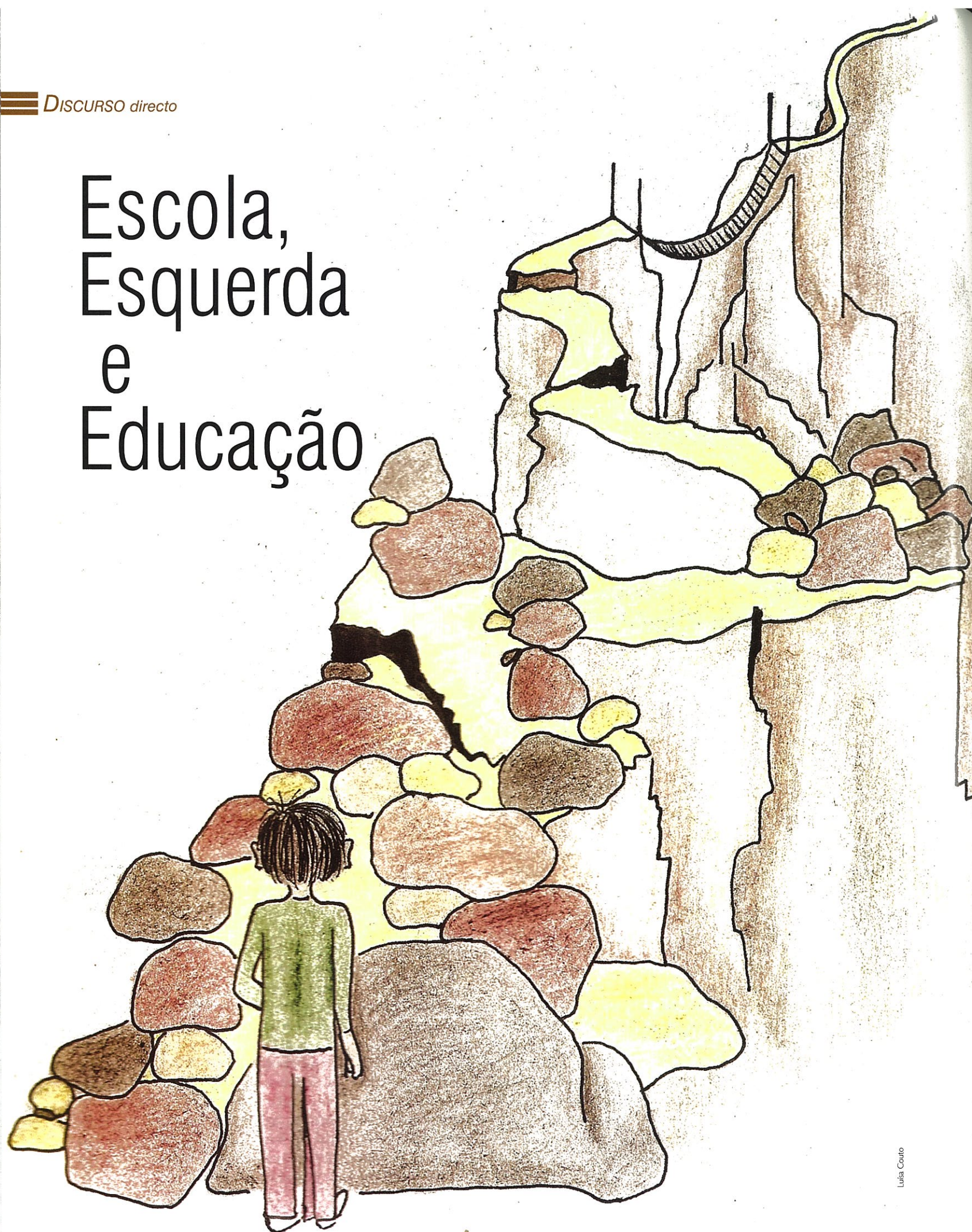


Escola, Esquerda e Educação



Luisa Couto

Para a esquerda política é inaceitável, do ponto de vista dos princípios, que a Escola se afirme como um espaço de reprodução das desigualdades. Daí a exigência de se desenvolverem projectos de gestão democrática nas escolas e de se construírem colectivos docentes suficientemente solidários para possibilitarem a participação dos professores de forma reflectida e interessada.

Ariana Cosme
Rui Trindade

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade do Porto

No dia a dia em que vivemos, ao longo dos debates em que participamos, há algumas ideias que os atravessam de forma sólida e subliminar. Uma das mais interessantes tem a ver com a crença de que não é por falta de propostas que a escola pública se afirma como uma instituição que respeita uma lógica de funcionamento mais democrático, mas por falta de vontade política para concretizar essas mesmas propostas. Trata-se de uma perspectiva que não podendo ser desvalorizada no seio do debate em questão, não permite, contudo, que possamos afirmar, no âmbito de um tal projecto, que não nos defrontamos, também, com a ausência de respostas e de soluções credíveis. Ausência esta que justifica, por isso, que defendamos ser necessário promover reflexões e pesquisas consequentes, em função das quais possamos enfrentar, sem ambiguidades e sem subterfúgios, problemas como aqueles que, entre outros, se relacionam: (i) com a construção de projectos educacionais que não façam do combate à exclusão escolar o pretexto que, afinal, legitima essa mesma exclusão, quando se limitam a propor respostas que hierarquizam, do ponto de vista do seu valor formativo, os percursos escolares dos seus alunos, sem pôr em causa ou discutir, por exemplo, a relação entre esses percursos e a origem sócio-económica dos discentes; (ii) com a mobilização e o envolvimento dos professores num projecto deste tipo; (iii) com o desenvolvimento de projectos de gestão democrática ou (iv) com a construção de colectivos docentes que

funcionem de uma forma colegial e tão esclarecida quanto possível. Só reconhecendo que não estamos, apenas, perante um problema de falta de vontade política, mas também perante a inexistência de projectos e de meios que permitam sustentar essa vontade é que poderemos discutir seriamente esses (e outros) problemas que foram por nós atrás referidos.

Trata-se de um desafio que, importa afirmar, decorre do património de preocupações que caracteriza a esquerda política, na medida em que para aqueles que se situam noutros domínios do espectro político esse é um desafio que lhes é estranho. Para estes, a hierarquização dos percursos escolares é inevitável, logo não faz sentido discutir se os professores terão que ser mobilizados para se envolverem em projectos educacionais que recusem e contrariem essa hierarquização. Para estes, igualmente, o desenvolvimento de projectos de gestão democrática e a subsequente preocupação com a construção de colectivos docentes que funcionem de uma forma colegial é uma reivindicação contra-natura, dado que, na sua opinião, a eficiência não se compadece com igualitarismos que contribuam para o funcionamento medíocre das instituições públicas.

Ao contrário, para a esquerda política é inaceitável, do ponto de vista dos princípios, que a Escola se afirme como um espaço de reprodução das desigualdades, assim como é inaceitável que os professores definam a sua intervenção como profissionais em função de um tal pressuposto. Neste sentido, importa reconhecer que o problema que se coloca àqueles que se situam à esquerda é, certamente, um problema que resulta de um desafio mais ambicioso e complexo. Um desafio que decorre de um imperativo ético e não tanto da resposta, por exemplo, a uma necessidade de maior

conforto profissional. Daí a exigência de se desenvolverem projectos de gestão democrática nas escolas e de se construírem colectivos docentes suficientemente solidários para possibilitarem a participação dos professores nesses projectos de forma reflectida e interessada.

Se, hoje, um tal projecto nos conduz a produzir um discurso de carácter utópico, isto só pode querer dizer que há um percurso difícil a fazer. Um percurso que nos obriga a uma reflexão sobre os seus azimutes e o modo de o realizar. Um percurso cujas dificuldades e armadilhas se afirmam, actualmente, de forma mais explícita, após uma legislatura em que um governo que reivindicava a sua pertença ao campo da esquerda, e com o apoio de uma maioria absoluta no Parlamento, nos mostrou como a fragilidade de alguns dos conceitos que alicerçam o projecto de uma Escola Pública, subordinada a uma racionalidade político-pedagógica de inspiração democrática, podem constituir não só um obstáculo à afirmação de um tal projecto, como um meio estratégico através do qual se promove a ilusão de que esse projecto foi ou está em vias de ser construído.

Daí a necessidade de, numa agenda de reflexão a promover pelas organizações que se situam no espaço da esquerda política, nos tenhamos de debruçar sobre esses conceitos, de forma a revisitá-los e a interpelá-los como objectos teóricos vulneráveis e, nalguns casos, desgastados e gastos. Um exercício que está longe de ser uma operação confortável ou isenta de riscos e de equívocos. Mais do que de um discurso radical, necessitamos de uma reflexão radical que sustente um programa político no domínio da educação capaz de alicerçar um projecto, a longo prazo, consequente e, sobretudo, congruente. Não é uma tarefa fácil. É uma tarefa necessária. 